

Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza
Pós-Graduação em Medicina de Família e Comunidade



**REENCONTRAR, PRODUIR, VIVER:
TRAJETÓRIAS, TRABALHO E SAÚDE DE FAMÍLIAS
DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
BERNARDO MARIN II, RUSSAS – CEARÁ**

Maria da Paz Feitosa de Sousa

**Fortaleza
2010**

**Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza
Pós-Graduação em Medicina de Família e comunidade**

**Reencontrar, produzir, viver: trajetórias, trabalho e saúde de
famílias do Assentamento de Reforma Agrária Bernardo Marin II,
Russas – Ceará**

Maria da Paz Feitosa de Sousa

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade, no Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza, sob a orientação da Professora Dra. Raquel Maria Rigotto.

Fortaleza – 2010

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Especialista em Medicina de Família e comunidade, outorgado pelo **Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza** e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Instituição.

A citação de qualquer trecho dessa dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Maria da Paz Feitosa de Sousa

Apresentada em 14 de junho de 2010

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Ms. Ana Ecilda Lima Ellery
Universidade Federal do Ceará
(1ª Examinadora)

Prof. Ms. Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro
Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza
(2º Examinador)

"Os 10 compromissos com a terra e com a vida, Afirmados no ultimo congresso Os seres Humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida

- 1-Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
- 2-Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
- 3-Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
- 4-Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
- 5-Cuidar das nascentes, rios, açudes, e lagos. Lutar contra a privatização da água.
- 6-Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
- 7-Tratar educadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação do meio ambiente.
- 8-Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração cometida contra a pessoa a comunidade e a natureza.
- 9-Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão estudo e liberdade.
- 10-Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio!

Dedicatória

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à Comunidade de Resistência Bernardo Marin II, por sua luta constante e conquistas incalculáveis.

Ao Marcial Alves e à Vicência Feitosa, meus pais, camponeses que nunca tiveram oportunidade de Estudar, mas carregados de sabedoria.

Ao meu companheiro de vida, Pablo Piccinelli, e à nossa filha, Malena, pelo incentivo constante e inspiração, a minha especial dedicação.

Agradecimento

À minha orientadora, Professora Raquel Maria Rigotto, pela sua dedicação, humanidade, força e ensinamento.

À Lara Viana e Vanira Matos por sua generosidade e solidariedade em compartilhar seus conhecimentos.

Aos meus irmãos, Antônio, Vitalina, Toinha, Pissanta, Cleonice, Francisco, Socorro, José e Manoel, pelo carinho e apoio incondicional.

Ao Alcides Miranda, Odorico, Marco Túlio, Tatiana Fiúza, Ana Ecilda, Vera Dantas, e Ricardo Pontes, personagens determinantes para a construção dessa experiência de Especialização em Medicina de Família e Comunidade e para nossa participação nesse processo, os mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Estudo qualitativo realizado em uma Comunidade de Resistência, Assentamento de Reforma Agrária que seguiu a diretriz de descrever o processo sócio-histórico do assentamento Bernardo Marin II e sua inter-relação com a saúde no campo em Russas, Ceará, conhecer o histórico de vida das famílias antes e depois de sua inserção no Movimento Sem Terra, além de caracterizar o processo de construção do assentamento enquanto movimento de resistência como também conhecer aspectos gerais sobre o modo de vida do assentamento e sua inter-relação com a saúde no campo. Para a concretização dos objetivos propostos realizou-se um estudo de natureza qualitativa. Inicialmente foi realizada a apresentação da Pesquisa ao Assentamento com a Brigada Médica do MST. O outro passo foi a realização do grupo focal com lideranças local. E em seguida, uma oficina com os educandos e educadores do assentamento. Na apresentação dos resultados transcreve-se o material obtido no grupo focal, a Oficina além de observações da pesquisadora. Considerou-se que há uma mudança significativa na vida das famílias que estão inseridos no processo de Reforma Agrária, desde acesso á elementos essências como alimentação, trabalho e moradia como elevação da auto-estima, organização coletiva, visualização de melhorias comunitária, podendo afirmar que estão menos vulneráveis que antes da inserção neste processo. Apesar disso, ainda existe limitações em especial na produção necessitando de mais investimento e incentivos por parte do Estado e estímulo constante no processo educativo e formação política entre os assentados, objetivando estimular para obter e disseminar conhecimentos a cerca de seus direitos e os riscos que estão relacionados ao uso inadequado e prolongado de agrotóxicos, capacitá-los com medidas que beneficiem à saúde e ao meio ambiente e para adoção de escolhas agroecológicas de produção e conseqüentes conquistas relacionadas á saúde. Conclui-se neste caso, como medica de família e comunidade de Área de Reforma Agrária, que o MST promove saúde.

Palavras-Chave: Participação. Social. População Rural. Saúde.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivos Específicos.....	13
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3.1 Problematizando os desafios da modernização agrícola e os caminhos da luta pela terra.....	14
3.2 Luta pela terra no Brasil: trajetória para o nascimento do MST.....	20
3.3 Ocupando terras e construindo assentamentos em busca de reforma agrária: O MST como promotor de saúde.....	25
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	32
5 FAZENDO REFORMA AGRÁRIA E OBTENDO DIGNIDADE.....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
APÊNDICE.....	56

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo descrever um pouco sobre o processo sócio-histórico da comunidade de resistência do assentamento Bernardo Marin II, localizado no município de Russas (CE), e como este grande complexo do agronegócio veio parar neste cantinho do “meu” Ceará.

O primeiro capítulo da fundamentação teórica situa os desafios da modernização agrícola e os caminhos da luta pela terra com o intuito de entender sobre o processo sócio-histórico da comunidade de resistência assentamento Bernardo Marin II, onde se observa, inicialmente, os modelos econômicos, da região do Baixo Jaguaribe, geograficamente inserido no meio do maior complexo do agronegócio no Estado do Ceará. Recorre-se a história para contextualizar no hoje, de como vieram parar essas empresas multinacionais, no estado do Ceará.

No segundo capítulo, enfoca-se a luta pela terra no Brasil ressaltando-se a trajetória para o nascimento do MST no transcurso dos seus 26 anos buscando a estrutura da sua organicidade, objetivando a ampliação a luta para além da conquista da terra, também ocupando o latifúndio da educação, política agrícola, saúde. Enfim, lutando por mudança na zona rural, em busca de uma sociedade justa.

Ocupando terras e construindo assentamentos em busca de reforma agrária, tendo o MST como promotor de saúde é o terceiro capítulo deste estudo que antes de mostrar que dentro das áreas de assentamento existe uma organização coletiva e há discussão sobre os problemas existentes, incluindo o da saúde, foi enfocada que ao se falar do assentamento propriamente dito, é fundamental saber que quando o MST fala de reforma agrária (RA) não está se referindo ao conceito clássico de apenas distribuição de terras, tão pouco na política pontual de compensação social do governo de liberação de lotes para

famílias que reivindicam. Está baseado de forma ampla e complexa na democratização do comércio agrícola, dos processos agroindustriais, do acesso ao capital, do conhecimento e da educação. É uma luta contra o capital, contra a dominação das empresas transnacionais.

Na discussão e análise dos dados coletados durante o período o qual a pesquisadora esteve no assentamento Bernardo Marin II, são reveladas as falas dos assentados, apontado os aspectos relevantes, o limiar que a experiência apresenta, fazendo a relação com o aprofundamento teórico no sentido de, de acordo com Minayo (1996, p. 21):

Trabalhar com o universo de significados, motivos, opiniões, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por fim, as considerações finais, assinalando os aprendizados e a reflexão sobre a pesquisa desenvolvida no referido assentamento.

A justificativa deste estudo encontra-se na inserção da pesquisadora, primeiramente, pela sua história de vida, atuação na luta por justiça social mais especificamente, no campo da reforma agrária, que teve início através das inquietudes que a levaram a esta forma de “olhar o mundo”, proporcionada pela realidade vivida no campo, onde adquiriu a identidade “Sem Terra”, o que se tornou natural o interesse pelas questões relacionadas ao campo.

Este fato misturado com o grande desejo da busca de conhecimentos gerou a oportunidade da pesquisadora estudar, fazer faculdade na área da saúde e posteriormente, curso de especialização em Medicina de Família e Comunidade¹, que no transcurso deste, deparou-se com muitos problemas de

1 Capacitar os médicos para o manejo dos problemas de saúde mais frequentes na prática ambulatorial, no pensamento sistêmico e na terapia comunitária. Promover o desenvolvimento da Enfermagem Familiar. Contribuir para a implantação e aperfeiçoamento do Programa de Saúde da Família. Compreender os instrumentos básicos da atenção médica ambulatorial: relação médico-paciente-família, a Epidemiologia Clínica e a Medicina Comunitária. Desenvolver competências na busca de solução para problemas locais e

saúde no dia-a-dia que tinham relação direta com o tipo de trabalho das pessoas que acompanhava na área de abrangência.

Esta situação se tornou mais clara, obviamente, ao ter em conta que a sua atuação como profissional da saúde e militante da reforma agrária tinha a pretensão de ser direcionada ao homem do campo, trabalhador rural. Estes aspectos a chamaram à responsabilidade de aprofundar o conhecimento com esse olhar de pesquisadora para esse contexto do campo brasileiro.

Elementos que sempre geravam inquietude, insatisfação, angústia, por ser parte da mesma história; vendo na mesma situação os seus quatro irmãos homens, que também saíram da terra, assim como as famílias da “sua” área de abrangência, que foram expulsos por falta de possibilidade de tirar o sustento da terra e cansados de esperar por chuva.

Esta espera carregada de anos de frustração, de falta de uma política do Estado para responder às necessidades do agricultor, obriga ao indivíduo deixar seu lugar querido onde nasceu e cresceu, seus parentes e amigos, seu trabalho na roça “que tinham gosto” de fazer para jogar-se no abismo da grande capital aventurando-se neste mundo em busca de trabalho para sustentar a família, buscando possibilidade de acesso aos elementos essenciais: moradia, trabalho e educação; num mundo que sente distante do seu.

Na curta, mas não deixa de ser uma trajetória de vida, o curso de especialização colocou, pela primeira vez, a pesquisadora na possibilidade de olhar o trabalhador rural a frente de uma realidade que ela sentia na família, como também nos depoimentos das famílias durante os trabalhos de base anos atrás, lia nos textos sobre o processo de migração do campo para a cidade, o

planejamento de ações junto à comunidade. Desenvolver habilidades e destrezas para a realização de tarefas habituais do médico de família: Manejo do paciente idoso, terminal e crianças, etc. Desenvolver a capacidade de promover atividades coletivas e comunitárias, destreza em comunicação e educação comunitária.

que levou a formação das periferias com toda a situação adversa que é a condição de moradia, saneamento básico e contexto social.

No ano de 2006 no Ceará, aconteceu um fato surpreendente aos olhos de todo o país que foi um aumento alarmante no número de casos de intoxicação causado por agrotóxicos, passando de 639 casos no ano de 2004 para 1.106 em 2005, e destes com concentração na região do Baixo Jaguaribe. Esta informação levou movimentos sociais como o MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Personagens Lutadores Sociais ligados à instituição como UFC e INCRA a discutirem o tema e decidiu-se investigar estudar bem esta informação já que após a divulgação na imprensa a Secretaria Estadual de Saúde afirmava que havia sido erro de digitação, que o número “correto” seria apenas seis. Com isso consolida-se a equipe de pesquisa intitulada **“Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”**. A participação como militante do MST neste processo gerou a possibilidade de concretizar o desejo de realizar o estudo direcionado ao campo agora com responsabilidade dupla militante e pesquisadora.

Considerando todo esse processo de gêneses, entendendo como mais um instrumento de aprendizado, não teve dúvida que esta teria muito a contribuir para a ampliação de sua formação, possibilitando aprendizado, produção e sistematização de informações, para servir aos trabalhadores rurais em especial ao assentamento acompanhado pelo MST, Bernardo Marin II.

A relevância deste estudo está em contribuir com a compreensão do processo sócio-histórico do assentamento Bernardo Marin II e o contexto de expansão do agronegócio no Vale do Jaguaribe, como também a forma de resistência da comunidade e a repercussão na saúde dos camponeses em Russas (CE), considerando a importância do médico de família conhecer o seu

território onde irá atuar desafio de promover saúde dentro de um contexto adverso.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Descrever o processo sócio-histórico do assentamento Bernardo Marin II e sua inter-relação com a saúde no campo em Russas, Ceará.

2.2 Objetivos Específicos:

- Conhecer o histórico de vida das famílias antes e depois de sua inserção no Movimento Sem Terra;
- Caracterizar o processo de construção do assentamento Bernardo Marin II enquanto movimento de resistência;
- Conhecer aspectos gerais sobre o modo de vida do assentamento e sua inter-relação com a saúde no campo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Problematizando os desafios da modernização agrícola e os caminhos da luta pela terra

Para entender sobre o processo sócio-histórico da comunidade de resistência assentamento Bernardo Marin II, vê-se, inicialmente os modelos econômicos, nesta região do Baixo Jaguaribe, geograficamente inserido no meio do maior complexo do agronegócio no Estado do Ceará, recorre-se à história para contextualizar no hoje, de como vieram parar essas empresas multinacionais, no meio dos Sertões Cearense.

Das entranhas dos impérios capitalistas, depois da segunda Guerra mundial, nasce o neoliberalismo que começou introduzindo-se de forma sutil, mas carregado com um conteúdo teórico que se declarava contra o Estado intervencionista e de bem estar (keynesianismo)², contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado e argumentando que a desigualdade, o contrário do que promovia o Estado de Bem-Estar³ naquele período, era imprescindível para as sociedades ocidentais, com o propósito de ir introduzindo outro tipo de capitalismo para o futuro.

2 **Keynesianismo** é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Fonte: Wikipédia (2010).

3 Também conhecido como **Estado-providência**, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Fonte: Wikipédia (2010).

Considera-se este momento, nos primórdios da industrialização, em que os camponeses tinham o papel social de produzir alimentos a baixo preço para os operários nas cidades – até 1950-1960.

Em 1973, de acordo com Anderson (1995), com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, estas idéias neoliberais começaram a ganhar terreno, credibilidade e aproveitavam-se da situação para justificar a crise com o seguinte:

“[...] As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995).

E para resolver este problema, superar esta situação se fazia necessário, segundo Anderson (1995), a estabilidade monetária, através de ruptura do poder dos sindicatos e mantendo uma taxa “natural” de desemprego. Trazendo junto em seu suposto “desenvolvimento” o grande número de privatizações. Demonstrando nas diversas experiências a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia obtida entre os anos auge, final dos anos de 1970 e durante a década de 1990. Sendo imprescindíveis as ditaduras militares para sua implementação na América Latina.

Para Oliveira e Stedile (2005), a partir da reestruturação produtiva e sócio-espacial da globalização, (anos de 1980, mais forte em 1990), em que se configura com mais clareza a modernização agrícola conservadora, o agronegócio, a produção de commodities⁴, a expansão da fronteira agrícola, o lugar do Brasil no mercado internacional como produtor de bens primários. Entendendo como neoliberalismo uma das facetas deste processo mais amplo

4 “(...) Palavra inglesa relativa a todas as mercadorias agrícolas padronizadas, homogêneas, monocultura, como, por exemplo, a soja, o milho, o trigo, o algodão. São produtos que são padronizados e são iguais em todo o mundo. Então, as transnacionais controlam o comércio internacional desses produtos (...)” (OLIVEIRA; STEDILE, 2005).

de globalização/reestruturação produtiva, que envolve nova divisão internacional do trabalho, e nova distribuição sócio-espacial dos riscos relacionados ao desenvolvimento e aos processos produtivos.

No caso específico do Brasil, com a crise do modelo agroexportador, começam a surgir as fábricas, com aumento da urbanização e passa-se a implementar o modelo de industrialização. O elemento fundamental neste modelo de industrialização foi a dependência e a subordinação da agricultura aos interesses do capital industrial, ou seja, já não era produzir alimento, a lógica era produção e lucro, “mercadoria” e assim começa introduzindo máquinas e ferramentas agrícolas ademais dos insumos para serem utilizados na agricultura, produzindo e comercializando adubos químicos e venenos de diversos tipos, essas mudanças tecnológicas foram apelidadas pelo capital de “Revolução Verde”.

Esta Revolução refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. Também são creditados à Revolução Verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. De uma forma crítica, esta revolução, proporcionou através destes 'pacotes' agroquímicos a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 1970.

Neste período entre os anos de 1970 e 1990 aconteceu o maior processo de imigração que a humanidade já viveu, quase 30 milhões de Brasileiros foram expulsos do meio rural para a cidade.

No entanto, sabe-se que nesse período, apesar de tudo, ainda existia de certa forma uma “complementariedade” entre os interesses da burguesia

industrial e os camponeses, fosse através do fornecimento de matéria-prima, fosse consumindo os bens industriais.

A partir de 1990 começa a implementação do modelo econômico da “nova liberdade”. E com ele vem envolto a questão do controle do comércio agrícola pelas empresas transnacionais. E como em outros momentos da história neste, mais uma vez, o Estado se coloca a favor dos interesses da burguesia e estimula a implantação de grandes fazendas com tendência de alta tecnologia, mecanização, com mão-de-obra escassa e barata e produzindo, geralmente monoculturas, preferencialmente commodities considerando que em sua maioria são produtos exportados.

Neste transcurso muitas mudanças foram acontecendo determinadas agora pelo novo modelo econômico, na verdade foram incrementando elementos, potencializando ações já existentes entre estas a desnacionalização de muitas indústrias, o afastamento das pequenas indústrias pelas de maior porte e como se tudo isso fosse pouco, as empresas transnacionais tentando impor um tipo de alimento, padronizado nas culturas, devido aos padrões por eles adotados, conforme seu interesse de lucro e acaba influenciando nas culturas, tradições alimentares da população. E, como o mercado é quem rege a agricultura, foge do Estado o papel de regular a agricultura o que é preocupante que interfere, enfraquece as lutas do povo que poderia cobrar do Estado e assim, aumenta mais a exploração dos agricultores através das empresas que massacram com sua ideologia.

Depois deste período da revolução verde do período de industrialização iniciou uma somatização de tecnologias, aqui potencializando, ampliando as formas de exploração e incrementando novos nomes como a biotecnologia. As empresas controlam o processo produtivo porque através da lei das patentes as plantas tornam-se propriedades privadas. E as sementes transgênicas existentes no mercado são alteradas com uma das finalidades de resistir aos

venenos produzidos pelas próprias empresas. E trás junto, a preocupação com a saúde do ser humano ao consumir produtos transgênicos pela ausência de estudos que garantam a segurança do consumidor, do produtor e do meio ambiente.

Ou seja, neste caso mais uma vez a tecnologia não está servindo para democratizar conhecimento, para a melhoria das condições de vida da população e sim, para beneficiar aos interesses das empresas, do mercado. Comprometendo a agricultura familiar, a biodiversidade, os hábitos alimentares. Não se está querendo dizer que os camponeses tenham que comer sempre o mesmo prato sem conhecer outros, ao contrário, se reafirma a cultura alimentar e que a população tenha elementos, conhecimentos e possibilidades de conhecer e experimentar e apropriar-se do que lhe agrada, mas não uma imposição que vem apenas responder aos interesses do mercado.

O mais drástico é que não é apenas passar de um modelo para outro é o casamento destes, dos grandes proprietários de terra, com as transnacionais e liberado total pelo Estado. Isso potencializa o agronegócio, e deixando explícito que é uma questão de ideologia de classe. É a expressão da unidade entre os proprietários e as transnacionais, que se expressa e repercute na exploração de forma inescrupulosa dos agricultores que resistem na agricultura camponesa.

Propaganda falsa é feita através dos meios de comunicação, com informações que não condiz com a realidade, pois coloca o agronegócio como a salvação da política econômica e do desemprego. Em análise feita pelo professor Ariovaldo de Oliveira da Universidade de São Paulo (USP) a partir de dados oficiais do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que o agronegócio desemprega, expulsando mão-de-obra do campo em vez de empregar. Os lucros do proprietário não significam distribuição de renda para os trabalhadores, nem para o município porque os investimentos são feitos em grandes centros

urbanos inclusive os mínimos equipamentos das empresas vem das grandes cidades.

Como se percebe, contrapondo esse modelo está a agricultura familiar, resistindo ao agronegócio. Para o Gipaf (2010), os conceitos e definições de agricultura familiar variam bastante de acordo com a necessidade e com a disponibilidade de dados. Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), agricultura familiar é aquela que se utiliza de um empregado permanente. Para o PRONAF, é a que possui até dois empregados permanentes, cultivando área inferior a quatro módulos rurais. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), a agricultura familiar cultiva em menos de quatro módulos rurais e não contrata força de trabalho permanente. E em estudos mais acadêmicos, considera-se o tipo de força de trabalho, a mão-de-obra contratada ou familiar sem dar importância à área (GIPAF, 2010).

No entanto, Wanderley (1996), já registra que um tipo específico de agricultura familiar é a agricultura camponesa, que tem como diferencial das demais modalidades familiares, os objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global. Sua autonomia econômica é expressa pela capacidade da família em prover sua subsistência, caracterizada pelo sistema de produção baseado na policultura e pecuária, e investimento de recursos materiais e trabalho na unidade produtiva visando a assegurar a sobrevivência familiar no presente e garantir a reprodução das gerações, ou seja, o camponês tem um projeto para o futuro. Esta característica da agricultura camponesa, em considerar o futuro em sua estratégia produtiva, a diferencia de outro tipo particular de agricultura familiar, a agricultura de subsistência, que tem como objetivo manter a sobrevivência das famílias.

Desta maneira, Oliveira e Stedile (2005) afirmam que defender a agricultura camponesa em síntese é defender a policultura, a biodiversidade, a natureza, é defender a fixação do homem no campo com trabalho e alimento garantido, evitando assim o êxodo das famílias camponesas para as periferias das cidades.

3.2 Luta pela terra no Brasil: trajetória para o nascimento do MST.

“... E vamos entrar naquela terra e não vamos sair, nosso lema é ocupar resistir e produzir...”

Fernandes (2008) enfoca que o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) é movimento social, popular de massas e autônomo que se caracteriza pela ocupação de terra e a reprodução dessa ação resultando no MST com sua capacidade de resistência que no transcurso dos seus 26 anos vem estruturando sua organicidade ampliando a luta para além da conquista da terra, também ocupando o latifúndio da educação, saúde, política agrícola, enfim lutando por mudança na agricultura, em busca de uma sociedade justa e igualitária. Para entendê-lo desde sua gênese, primeiro é preciso ter presente as experiências das organizações camponesas que o precederam.

As lutas camponesas, os conflitos sociais no campo, não se restringem a esse momento, sempre estiveram presentes na história do Brasil. Começou pela resistência indígena perante a invasão de seu território pelos colonizadores europeu há 500 anos e aqui se pode citar como exemplo a Confederação dos Tamoios⁵, entre 1554 a 1567. Esta nação de Tupinambás que demonstrou através de sua resistência para os colonizadores que não seria fácil utilizá-los como força de trabalho.

Outro grande exemplo dos indígenas foi a batalha dos povos guaranis que viviam em terra comum e em ataque derradeiro culminou na morte de Sepé

⁵ A Confederação dos Tamoios foi criada, presumivelmente, no ano de 1554 e subsistiu até 1567. Segundo o historiador Edmundo Muniz, ela representa “um dos episódios mais importantes do Brasil no começo da colonização européia [...] foi a primeira reação nativista que teve uma amplitude inimaginável, deixando os colonizadores em plena defensiva [...] Os índios possuíam grande parte do território do Rio de Janeiro e São Vicente. A vitória era certa, José Ramalho, Brás Cubas, bem como outros chefes de Santos e São Paulo, não tinham a menor esperança sobre o destino da capitania que seria ocupada pelos tamoios. Mas tal não aconteceu graças à paz tratada pelos tamoios com os jesuítas. Mas o tratado de Iperoig não foi cumprido. Não passou de um pretexto dos portugueses para ganharem tempo e se fortalecerem e atacarem os tamoios, o que aconteceu quando se sentiram mais fortes” (Moniz, *in* GONÇALVES DE MAGALHÃES, 2004, p. 112-3).

Tiarajú, líder guarani que se tornou símbolo da resistência indígena. Com estas experiências a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra.

Sendo assim, em 1584, trabalhavam nas fazendas na cultura de cana-de-açúcar, cerca de 15 mil africanos escravizados. Diante da opressão nasce mais uma expressão de luta com data de 1597 – a primeira referência de Quilombo na região dos Palmares – Zona da Mata, hoje região de fronteira entre Pernambuco e Alagoas. O quilombo foi um território livre, onde abrigava marginalizados pela sociedade colonial. De 1602 a 1694 após sofrer muitos ataques, a pesar da luta e resistência por parte do exército de Zumbi, seu principal líder, o território de Palmares foi aniquilado.

Fernandes (1999) menciona que os quilombos foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Durante todo o século XVII aconteceram inúmeros conflitos e os quilombos foram atacados diversas vezes. De 1602 a 1694, Palmares resistiu, quando o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho – jagunço histórico – enfrentou e destruiu o exército de Zumbi, aniquilando o território palmarino. Palmares precisava ser destruído. A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo.

Outra história que movimenta as idéias de muitos estudiosos é a história da guerra ou do movimento de Canudos que tem sido incansavelmente contada ao longo dos últimos cem anos. Analisada em várias de suas possíveis dimensões, este episódio ensejou diversas interpretações e marcou tragicamente o processo de transição política que deu origem ao regime republicano brasileiro. A busca de explicações para a necessidade do extermínio de uma população que chegou a se estimar em 25.000 sertanejos miseráveis e mal armados produziu inúmeros trabalhos, dos quais, certamente, o clássico de

Euclides da Cunha foi o que mais contribuiu para que a saga conselheirista fosse conhecida e discutida dentro e fora do Brasil.

Sobre Canudos, Cunha (1979), relata como testemunha o que aconteceu, como se observa:

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expurgando palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (CUNHA, 1979, p. 433).

Em 1893, Conselheiro e seus seguidores ao instalarem-se na fazenda Canudos, nos brinda o maior exemplo da organização camponesa no Brasil, de organização econômica por meio trabalho cooperado, onde todos tinham acesso à terra e desenvolviam agricultura familiar sem deixar de acolher idosos e desvalidos.

Na década de 1930, aproximadamente em 1945, nascia as Ligas Camponesas que abrigavam camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros, que se negavam sair da terra. Os três movimentos mais bem sucedidos foram: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB); Movimentos dos agricultores Sem Terra (MASTER) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Distribuídos em vários estados do país, lutavam por reforma agrária e para acabar com o monopólio de classes sobre a terra.

O golpe militar de 1964 aniquilou esses movimentos camponeses mais bem organizados, permitindo apenas a existência, sob intervenção, da CONTAG.

Com a extinção dos movimentos camponeses e o movimento sindical sob controle o regime totalitário ignorou a reforma agrária e pretendeu eliminar os conflitos pela terra, implementando uma política que ficou conhecida como *modernização conservadora* incorporando parte dos trabalhadores rurais por

meio de assalariamento e provocando migração para as cidades, resultando em aumento das desigualdades.

De acordo com Fernandes (1999), na década e 1970, os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios. Esse sistema financiou a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos. Esse modelo causou profundas transformações no campo. De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola. Essa política que ficou conhecida como *modernização conservadora* promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo em que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras.

Em 1975, na igreja católica nasce a Comissão Pastoral da Terra (CPT) inspirada pela teologia da libertação, motivava os trabalhadores a refletir e lutar por seus direitos, promovendo articulação de lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores do país e contribuindo desta forma para o renascimento da organização dos camponeses, o que ocasionou aumento dos conflitos por terra com conseqüente aumento da resistência organizada dos camponeses o que contribuiu com a formação do MST.

Fernandes (1999 p. 71) associa a criação da pastoral, a partir das comunidades eclesiais de base, como uma reestruturação no papel sociopolítico

da Igreja, na medida em que elas “tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de sociabilização política, onde o objetivo do trabalhador pastoral era a conscientização acerca da realidade dos participantes.”

O MST é filho da história de luta e resistência dos camponeses do Brasil, dessas experiências que o precederam e foi justamente assim, nesta luta pela sobrevivência que no dia 7 de setembro de 1979, no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, que 110 famílias ocuparam a gleba Macali, marco na formação do MST.

Em um processo de ocupações de terra, lutas, encontros e reuniões é que em 1984 nasce oficialmente o MST em seu Primeiro Encontro Nacional, nos dias 21 a 24 de janeiro em Cascavel no Paraná. Com o passar dos anos, através de sua trajetória o MST vem construindo seu espaço político, sua autonomia, nesta luta pela terra e por reforma agrária, que é antes de tudo uma luta contra o capital.

Com o transcurso da conjuntura de cada momento e as lutas, os trabalhadores foram criando as condições concretas para a formação a consolidação a nível nacional.

O ponto de partida para construir o MST em cada estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos.

A luta pela reforma agrária, que antes se baseava apenas na ocupação de terras do latifúndio, agora ficou mais complexa. Temos que lutar contra o capital, contra a dominação das empresas transnacionais. A reforma agrária

deixou de ser aquela medida clássica desapropriar grandes latifúndios e distribuir lotes para os pobres camponeses.

E no transcurso dessa história apenas em 1988, foi possível a efetivação do processo de construção do MST, no estado do Ceará, concretizando a ação que é marco para o MST, no dia 25 de maio de 1989, com a ocupação de um latifúndio de vinte e três mil hectares no município de Quixeramobim. Nesta ação trezentas famílias que romperam as cercas da fazenda Reunidas São Joaquim e realizaram a primeira ocupação do MST no estado do Ceará. Daí surgiram outras lutas de imediato, como a ocupação no INCRA, em Fortaleza, com cem pessoas, exigindo a desapropriação, uma vez que já estava decretada desde 1986. Nove dias após, o decreto foi assinado, e iniciaram os trabalhos de implantação do assentamento 25 de Maio. A fazenda Reunidas São Joaquim era um conjunto de médias e pequenas propriedades que foram incorporadas no processo de expropriação do campesinato, pela grilagem e violência contra os trabalhadores rurais. Em outubro de 1989, a Fazenda Reunidas São Joaquim passou a se chamar Assentamento 25 de Maio, trazendo no nome a data da ocupação fundante da presença do MST no Ceará.

As lutas, divulgação e espaço da conquista se espalharam pelo Estado colocando a intenção de multiplicar essa luta contra o latifúndio, realizando diversas atividades para gerar possibilidade de preparação e metodológica para essa concretização. E assim foi se construindo o MST, no Estado do Ceará.

Fernandes (2000) registra que a formação do MST, os sem-terra foram construindo uma cultura popular que traduz o sentido da luta nas formas de canções, poesias, documentos e teatro. Nos intervalos dos trabalhos de grupo e à noite, os participantes apresentavam suas músicas, suas prosas, em que relatavam suas histórias. É uma dimensão pedagógica do Movimento, que se refere aos conjuntos de relações estabelecidas durante a formação de grupos de famílias na luta pela terra. Essa prática é uma contribuição para a formação da

identidade política dos sem-terra. Essa cultura popular recupera e produz significados históricos, que são referências retiradas diretamente da realidade, das suas práticas, das suas experiências. São produções culturais que expressam coragem, sofrimento e obstinação. Ajudam a compreender melhor o mundo. Irreverentes mostram com suas palavras que a realidade é para ser descoberta em seus mais profundos recantos e incessantemente. Dessa forma, constroem conhecimentos, fazem filosofias e desafiam as teorias que os excluem da sociedade.

Hoje a nível nacional o MST está organizado em 24 Estados, acompanha 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas.

3.3 Ocupando terras e construindo assentamentos em busca de reforma agrária: O MST como promotor de saúde.

**“... queremos que abrace esta terra
por ela quem sente paixão,
quem põe com carinho a semente.
para alimentar a nação.
A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz.
A reforma agrária é a volta
Do agricultor à raiz ... ”
Zé Pinto**

Antes de falar do assentamento propriamente dito, é fundamental saber que quando o MST fala de reforma agrária (RA) não está se referindo ao conceito clássico de apenas distribuição de terras, tão pouco na política pontual de compensação social do governo de liberação de lotes para famílias que reivindicam. Está baseado de forma ampla e complexa na democratização do comércio agrícola, dos processos agroindustriais, do acesso ao capital, do conhecimento e da educação. É uma luta contra o capital, contra a dominação das empresas transnacionais.

E é com base nesse conceito que se descreve o que é um assentamento, como está organizado, o que produz e através destes elementos poder-se-á perceber a relação existente com a saúde.

É impossível descrever um assentamento em passos de forma gradual, porque o processo é dialético, os elementos estão intrínseco um ao outro e o tempo de implementação de cada um depende da realidade de cada assentamento, cada Estado, cada região, mas se tentará elencar alguns pontos de forma didática para saber que eles estão presentes nesse processo.

Percebe-se nas conversas com muitos amigos do MST que existe uma confusão no que compreende assentamento e acampamento. Então se inicia trazendo estes conceitos, de acordo com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB, 2001).

Acampamento é o processo que nasce com a ação da ocupação é anterior ao assentamento, antes de receber o título da terra. Na maioria das vezes neste período as famílias moram em baixo de lona preta, ou em estruturas já existente na área. É onde tem início todo o processo de organicidade e coletividade.

De acordo com França e Pires (2007) para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assentamento é a criação de novas pequenas propriedades de terras que, na maioria das vezes, encontram-se totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção. Com isso, é gerado mais trabalho, provocando a distribuição da renda e beneficiando, assim, a camada de trabalhadores que não possuem os meios de produção.

Para Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB, 2001) assentamento é a denominação dada para o território resultante da ocupação, (no caso da forma de luta do MST) no qual as famílias, passam a ter o título da terra, e de forma coletiva se dar continuidade as discussões e decisões iniciadas no período de acampamento, de toda a forma de organicidade do assentamento desde a topografia das casas até a organização dos *núcleos de base*, que são grupos de até 30 famílias que formados por afinidade para a funcionabilidade como parte da organicidade e cumprem a tarefa de discutir, planejar e encaminhar tudo relacionado à vida coletiva no assentamento, para ser levado para assembléia geral. Seria a célula da organização onde está toda a família.

Outro conceito que precisa está bem claro neste estudo é o de território, e Santos (1985) refere que a periodização da história é que determina como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais.

O autor ressalta o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Santos (1996) chama a atenção dos leitores para que não confundam o espaço com o território. O autor nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para o ele:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1996, p. 77).

Bordo *et al* (2010) registram que estes espaços diferentes, as espacialidades singulares, são resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros).

Para Santos (2002), a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é encaminhada segundo as técnicas vigentes e utilizadas no mesmo. O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos.

O território para Santos (2002) configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Santos (2003, p. 19), expõe a categoria território como: “[...] um nome político para o espaço de um país”.

A partir daí, já em uma nova fase do processo, continua a luta e organização de outras necessidades existentes e fundamentais para o funcionamento e avanço do assentamento.

A Formação: Ampla, com materias do MST, revista, Jornal, livros...

Escola: Tanto a Ciranda Infantil para garantir a participação das mulheres na luta, para ensino fundamental como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Que seja no próprio assentamento e que tenha um enfoque que contribua para as necessidades do assentamento.

Produção: Discutir e refletir sobre as formas de trabalho coletivo, conhecer experiências de Cooperativas de produção Agropecuária existentes.

Embelezamento: Esse é outro tema muito discutido, e incentivado, em arborizar com plantas nativas, bandeiras, sinalizações, monumentos de lutadores, ferramentas de trabalho, ou seja, tornar os assentamentos em ambientes bonitos, agradáveis.

Manifestações artísticas e culturais: Motivar atividades culturais dentro do assentamento como festival de música, poesia, organizar as festas típicas como juninas, reisados, grupo de teatro.

Hábitos de saúde: Incentivar a construção de casas arejadas, uso de banheiros, higiene pessoal, consumo de frutas e verduras.

Lutas de massas: É fundamental para a formação de consciência, como para as conquistas para o assentamento como para outros que ainda não tem acesso á terra e/ou estrutura no assentamento (CONCRAB, 2001).

Como promotor da saúde, os assentados e acampados do MST buscam através de suas lutas pressionar os governantes para que possa a saúde

adentrar os assentamentos com programas que favoreçam e respondam as necessidades dos assentados.

Dentro das áreas de assentamento existe uma organização coletiva e há discussão sobre os problemas existentes e tentado não substituir as obrigações do Estado, mas pressioná-lo através de luta para o desenvolvimento de algumas políticas públicas de saúde.

Como exemplo, viu-se que a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe (SES/SERGIPE, 2010) implantou um programa que está fortalecendo as ações de prevenção e promoção da saúde em assentamentos e acampamentos, produzindo conhecimento sobre princípios, diretrizes e conceitos básicos que fundamentam os cuidados em saúde.

Atendendo a uma solicitação de representantes do Movimento, que viram na atuação da SES a possibilidade de melhorar as condições de vida naquelas comunidades. Desde o mês de julho de 2007, cinco módulos foram realizados com a participação de 100 educadores em cada um deles. Essas pessoas voltando para seus acampamentos estão aplicando todos os saberes e práticas, como também todo o conteúdo da capacitação foi elaborado de acordo com as necessidades apontadas por eles. Foram abordados temas como Meio Ambiente, Alimentação Saudável, Suporte de Vida e Fitoterapia, entre outros.

Durante a capacitação, a Secretaria de Saúde contou também com o apoio da Pastoral da Criança e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192 Sergipe). Os técnicos da Pastoral apresentaram o conteúdo específico dos módulos de Fitoterapia e Alimentação Saudável, ocasião em que discutiram o uso de plantas medicinais e as formas de extrair mais saúde e vida dos alimentos. Já os profissionais do Samu auxiliaram com técnicas e noções básicas de primeiros socorros.

Num segundo momento de trabalho, previsto para acontecer em novembro, foram realizadas reuniões descentralizadas com as coordenações regionais do Movimento os educadores para definir o Planejamento das Ações de Saúde Comunitária. As reuniões aconteceram em assentamentos nos municípios de Poço Redondo, Estância, São Cristóvão, Simão Dias e Japarutuba, que são sedes de micro-regiões do MST.

Com relação ao nosso estudo, posteriormente, será focado sobre o assentamento Bernardo Marin II, onde foi realizado o estudo e será descrito de forma mais específica alguns elementos da dinâmica de um assentamento que durante a vivência considerou-se mais visíveis ao olhar de quem está observando e os que mais expressavam em suas falas.

Outro Estado onde existem vários trabalhos desenvolvidos pelos assentamentos do MST, no que se refere à promoção a saúde é o Rio de Janeiro. Ressalta-se que essas experiências desenvolvidas pelos assentamentos do MST são integrativas de saúde e fazem parte da política do SUS e reconhecidas legalmente pelo Estado, Governo.

Kassouf (2006), ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares de 2005, observou que a saúde da população do campo é mensurada como mais precária se comparada com a da população urbana. A falta de saneamento para a disposição adequada de dejetos e de água encanada foi bem maior do que na área urbana, o que pode estar ligado à ocorrência de um número maior de doenças que são caracterizadas por sintomas gastrointestinais.

De acordo com a Agroecologia em rede (2010) há alguns anos começou a primeira turma do Curso de Práticas Alternativas em Saúde, realizado para os acampados e assentados das áreas de reforma agrária do Rio de Janeiro.

Dentre os temas abordados no curso está a Agroecologia, assim como a Medicina Tradicional Chinesa (que envolve Acupuntura, Moxabustão, Automassagens, Ti Kum, Shiatsu, Meditação), Fitoterapia, Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Primeiros Socorros e Políticas em Saúde. Sua elaboração foi fruto de uma parceria com a ASBAMTHO (Associação Sino Brasileira de Acupuntura, Moxabustão e Terapias Holísticas), Pastoral da Saúde e outros amigos.

A preocupação com a promoção da saúde nos acampamentos e assentamentos resultou em um estudo realizado pela Universidade de Brasília (UnB, 2001) e que mostrou que cerca de 32,6% dos acampamentos e 23,7% dos assentamentos do Movimento dos Sem Terras (MST) não tinham serviços de saúde. Somente 56,8% dos assentamentos tinham postos de saúde próximos a suas áreas, e somente 30,9% destes estavam em exercício de suas funções.

Leite *et al* (2004) ressaltam, em seu estudo, que mesmo com a presença de agentes de saúde, que, normalmente, são pagos pelos cofres municipais, seja relevante (78%), as unidades de saúde existiam em apenas 21% dos assentamentos avaliados.

No estudo de Leite *et al* (2004) ainda ressaltam que nos assentamentos que existe o posto de saúde, extraordinariamente existe a presença regular de médicos. Devido essa precariedade, a população dos assentados buscavam os serviços de saúde na sede do próprio município (92%), em municípios circunvizinhos (42%) ou em municípios que são pólos regionais (25%).

Ainda na pesquisa de Leite *et al* (2004) as famílias dos assentados não tinham acesso a serviços de saúde em 45,70% das áreas, entretanto, divergindo destes valores, o estudo de Schmidt *et al* (1998) revelou que a inexistência da presença de agentes de saúde foi assinalada em 40% dos assentamentos pesquisados.

A coordenação do curso revela a preocupação que antecederam a experiência e registram algumas questões.

Nossas áreas têm difícil acesso a postos, hospitais, Programa Saúde da Família, e, quando as pessoas recorrem a esses serviços, percebem que pouco se resolve de suas demandas; elas também utilizavam de diferentes maneiras as plantas medicinais e pouco sabiam sobre os seus direitos como usuários do Sistema Único de Saúde. Como promover saúde nos acampamentos e assentamentos sem recursos? Como valorizar a autonomia das pessoas diante de tantas dificuldades? Muitas eram as questões que nos desafiavam a promover um curso que teve e tem como grande meta a conquista de autonomia em saúde, o conhecimento sobre seu corpo e seus direitos. Essas são perguntas que antecederam essa experiência e de diferentes formas ainda permanecem, porém com alguns avanços a partir da experiência concreta. Na penúltima etapa do segundo curso que está terminando, fizemos entrevistas com educadores, apoiadores e educandos e estas estão presentes neste texto para dar alicerce a nossa troca de experiências.

De acordo com Agroecologia em rede (2010), foram realizados dois cursos de saúde no período de 2006 a 2009. O primeiro curso foi feito em oito módulos, no período de 2006 a 2007, cujo objetivo era formar pessoas capazes de atender a comunidade e oferecer novos cursos multiplicando o conhecimento e o acesso às terapias alternativas. Esse primeiro curso foi realizado, inicialmente, no acampamento Terra Prometida na Baixada Fluminense e depois na capital.

A coordenação do evento observou que o curso estimulou e resgatou sentimentos que envolvem não só o lidar com a saúde e suas enfermidades como também a diversidade de conhecimentos e cultura, proporcionou o incentivo ao cuidado entre as pessoas, o estudo de práticas alternativas e também a busca pelos direitos em relação à assistência em saúde. Foi muito inovadora a prática da medicina chinesa, resgatou-se a medicina popular presente nessas áreas pelo uso das ervas medicinais, aproximando e fortalecendo relações sociais, já que pressupõe ajuda e solidariedade, de forma acessível e com baixo custo.

Após a realização dessa primeira turma, os objetivos do curso foram ampliados e o tema da fitoterapia ganhou mais força. Uma segunda turma se iniciou em agosto de 2008, cujos educadores são alguns daqueles formados no primeiro curso, tendo a Associação Sino Brasileira de Acupuntura Moxabustão e Terapia (ASBAMTHO) um papel de orientação desses terapeutas, dando impulso para autonomia destes.

Além desses atores, de acordo com Agroecologia em rede (2010) os coordenadores do setor de saúde desempenharam seus papéis, assim como companheiros de outros setores do MST. O curso proporcionou oficinas de produtos fitoterápicos e fitocosméticos que mantém financeiramente, com muita dificuldade, a efetivação do curso. Essa segunda turma se inovou não somente neste sentido, mas também no local de sua realização, agora acontecendo simultaneamente em duas áreas distintas, em um acampamento na região Sul e num assentamento na região Norte do Rio de Janeiro.

Sobre a metodologia do curso, Agroecologia em rede (2010), registra que esse curso acontece em oito etapas, e cada etapa num período de 10 dias, com intervalos de três meses de uma para outra, onde neste tempo, há tarefas que chamamos Tempo Comunidade. No período de curso todos os educandos, educadores e a Coordenação Político Pedagógica estão juntos, dormem no local, dividindo responsabilidades com o espaço, alimentação, limpeza, música e atividades culturais.

No curso o tema da saúde foi abordado de forma bem ampla, quando se deparava com momentos de crítica à forma de desenvolvimento do Sistema de Saúde dentro da realidade do campo a maioria era bem enfático na crítica, e sempre tinham exemplos sobre momentos ruins e sobre a ineficiência do modelo biomédico voltado para os medicamentos.

Garcia (2006) enfoca que a Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que 80% da população mundial utilizam plantas medicinais como

medicamentos e especula-se que 70% dos medicamentos derivados de plantas valerem-se dos conhecimentos populares como fortes indícios de reais propriedades medicinais e que um em cada quatro produtos vendidos nas farmácias é fabricado a partir de materiais extraídos de plantas das florestas tropicais.

A temática da agroecologia foi apresentada em espaços para além da sala de aula, pelas aulas serem nas áreas permitiu trabalhar a partir da realidade da biodiversidade existente, traçando melhor a temática da agroecologia tanto na prática como na identificação de agrossistemas, foram feitas hortas e troca de experiências agroecológicas de plantio. Sempre foram ressaltados os aspectos de preservação ambiental e como isso se relaciona com a promoção de saúde.

De modo geral, os estudos sobre as condições de saúde da população do campo associam o estado nutricional com a posse da terra, processos de trabalho e saúde (incluindo o uso de agrotóxicos), morbimortalidade referida e relação com os serviços de saúde.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Compreendendo a real necessidade de um aprofundamento do estudo do processo sócio-histórico do assentamento e sua inter-relação com a saúde no campo e também, dando segmento a padronização das ferramentas metodológicas seguidas no estudo, foi realizado um estudo de natureza qualitativa.

Nesse intuito, de acordo com Minayo (1996, p. 22) a pesquisa qualitativa

(...) preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificada (...) trabalha com o universo dos significados (...). Corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Optou-se por esse tipo de abordagem por considerar que ela possibilita uma melhor compreensão do objeto de estudo e por trabalhar com a vivência e a cotidianidade dos atores sociais.

Para a seleção do assentamento Bernardo Marin II, criado em 2005, os pesquisadores reuniram-se com os dirigentes da região para saber qual o assentamento que tinha a necessidade, que lhes interessava que fosse estudado, uma vez que, na verdade, a finalidade é que este estudo seja útil. Obtida a permissão das lideranças locais, no caso o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, para a execução dos trabalhos de campo, decidiu-se por ser o mais novo dentre os que estão em Russas (CE), como também foram observados critérios relacionados à densidade populacional e o fato de já existir trabalho de pesquisadores universitários no campo da educação, uso de agrotóxicos entre outros.

A microrregião do Baixo Jaguaribe é uma das microrregiões do estado brasileiro do Ceará pertencente à mesorregião Jaguaribe. Sua população foi

estimada em 2005⁶ pelo IBGE em 313.662 habitantes e está dividida em dez municípios, incluindo o de Russas. Possui uma área total de 9.950,989 km².

Inicialmente foi realizada a apresentação da Pesquisa ao Assentamento com a Brigada Médica do MST. Durante um curso sobre Saúde, Trabalho, Cultura e Meio Ambiente, a última etapa foi visitar o assentamento onde houve uma reunião com toda a comunidade, para conhecer as famílias, o lugar, compartilhar um almoço e apresentar a pesquisa ao assentamento também como uma responsabilidade dos militantes médicos da saúde do MST.

Foi realizada uma análise documental de cartilhas, Cadernos de Formação Agrícola (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/ CONCRAB), artigos, textos, Revista Sem Terra, obtidos na Secretaria Estadual do Movimento Sem Terra.



Figura 1. Grupo Focal

⁶ A população é estimada devido o Censo de 2005 ter sido realizado através de uma amostragem.

O outro passo foi a realização do Grupo Focal com Lideranças do Assentamento Bernardo Marin II (20/06/2009). E em seguida uma oficina com os assentados (30/11/2009). Na apresentação dos resultados transcreve-se o material do grupo focal e oficina.

Os sujeitos que participaram dessa pesquisa são atores que tem como referencial social, o cotidiano de suas vidas que são histórias marcadas por fatos marcantes e carregadas de muitas faltas, falta de espaço para produzir, de possibilidade de estudar, enfim de condições básicas para um ser humano viver dignamente. Mas, desenvolvem cada passo de suas vidas acreditando nessa possibilidade de mudança e para isso um dos passos foi a mobilização em busca da terra. São homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, que estão inseridos em diversas atividades da comunidade como: coordenadores/as de núcleos, representante da granja coletiva, representante da “Bodega Coletiva”, educadores, educandos/as do processo de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) e dirigentes do MST local.

Os principais instrumentos utilizados foram, principalmente, o grupo focal com lideranças da comunidade e uma oficina com os educandos e educadores do EJA. Porém, foi também utilizado a observação e a participação em outros momentos na comunidade (visita em almoço coletivo, apresentação de dissertação de pesquisadora sobre o assentamento, aplicação de questionário estruturado para cada segmento dentro da pesquisa de estudo epidemiológico, conversa com educadores e dirigentes local, entre outras atividades).

Entretanto, para refletir a prática investigada recorreu-se principalmente a cartilhas, Cadernos de Formação Agrícola (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/CONCRAB), artigos, textos, livros, Revista Sem Terra, e autores como Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, entre outros, obtidos na Secretaria Estadual do Movimento Sem Terra.



Figura 2. Oficina

A primeira Etapa de Campo foi realizada uma visita com almoço coletivo para integração, apresentação da pesquisa e além do mais retorno de pesquisadora sobre estudo realizado á respeito do uso de agrotóxicos no assentamento e também foi realizado um grupo focal com coordenadores que assumem diferentes funções local.

A segunda Etapa de Campo realizada em 30/11/2009 foi uma oficina com educandos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) do projeto Sim eu Posso que teve como elementos abordados: os temas trabalhado de forma participativa, interativa o mapeamento participativo do assentamento e a Tabela de gêneros agrícolas e matriz de produção por família, que teve como objetivos:

- Caracterizar a produção agrícola no assentamento.
- Desvelar os problemas e perspectivas para melhoria da produção alimentar no assentamento.

- Dimensionar as diferenças de vida do camponês antes e depois do assentamento.

O caminho metodológico para a oficina foi: no turno da aula a oficina foi realizada com 22 educandos das duas turmas do projeto Sim eu Posso, mais os dois educadores. E, abrir espaço para que falassem a vontade de sobre a vida antes de chegar ao assentamento e a vida atualmente. Neste momento, houve depoimentos de histórias de vida que foram comoventes.

Posteriormente o grupo se dividiu em dois. Um ficou responsável em criar um mapa do assentamento e o outro em listar o que é produzido no assentamento, do roçado às hortaliças. Depois discutimos as perspectivas de uma melhor produção no assentamento.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, foram tomadas as providências necessárias para um enquadramento ético da pesquisa. Assim, lançamos mão da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa que envolve seres humanos, devendo atender os princípios éticos do respeito à autonomia individual, do direito à informação, do consentimento esclarecido, da privacidade, da confidencialidade das informações e da ponderação entre riscos e benefícios, com predomínio dos benefícios esperados sobre os riscos previsíveis (FORTES, 1998).

A fim de proteger os direitos das participantes desta pesquisa, foi solicitado o consentimento por escrito, previamente esclarecido, obedecendo ao Art. II, parágrafo 11 da Resolução nº 196/96 sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatros referenciais básicos da Bioética: autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça, entre outras, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado (BRASIL, 1996).

O estudo que realizado respeitou estes referenciais, uma vez que foi proporcionada a autonomia dos indivíduos participarem ou não da pesquisa, sendo explicada a finalidade do estudo, a fim de que houvesse um entendimento por parte das pessoas pesquisadas e estas exercessem a auto-decisão de participar da pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE 1), foi apresentado no início das atividades de campo, a fim de obter o consentimento para participar da pesquisa ou negar sua participação.

5 FAZENDO REFORMA AGRÁRIA E OBTENDO DIGNIDADE

O assentamento Bernardo Marin II está localizado a 15 km da sede municipal e possui capacidade para 48 famílias, contando atualmente com 33 famílias assentadas, com um total aproximado de 137 pessoas.

A origem do assentamento se deu a partir da necessidade existente dos camponeses em terem acesso às terras localizadas no Tabuleiro de Russas. Então iniciou uma articulação do MST em vários municípios da região, discutindo as dificuldades das famílias camponesas e formas de resistir ao agronegócio na região. (Depoimento do MST).

O acampamento foi erguido no perímetro irrigado próximo ao açude da Jurema. Depois de articulações do MST, contou com o apoio de muitos parceiros e lideranças da região entre estes a Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que além do apoio na luta, cederam alimentação, transporte, água e livros.

Foram desapropriados dois imóveis que compõem hoje o assentamento: as fazendas Açudinho de propriedade do Sr. Jeová Costa Lima com uma área de 945,2731 ha e a fazenda São José/Segredo pertencente à Companhia Agro Industrial São José – CAPESSÉ, uma sociedade Anônima de Capital autorizado com 1.882,6431ha, que juntas somam uma área total de 2.827,92 há.

A atividade econômica básica desenvolvida pelas famílias assentadas no Bernardo Marin II é a agricultura de subsistência (feijão, milho e mandioca), plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais.

Este Assentamento se encontra em fase de consolidação, inclusive do seu sistema produtivo, tendo sido previamente levantado que utilizavam agrotóxicos e não desenvolviam agricultura orgânica.

A utilização dos agrotóxicos no meio rural brasileiro tem trazido uma série de conseqüências, tanto para o ambiente como para a saúde do trabalhador rural. Em geral, essas conseqüências são condicionadas por fatores intrinsecamente relacionados, tais como o uso inadequado dessas substâncias, a pressão exercida pela indústria e o comércio para esta utilização, a alta toxicidade de certos produtos, a ausência de informações sobre saúde e segurança de fácil apropriação por parte deste grupo de trabalhadores e a precariedade dos mecanismos de vigilância. Esse quadro é agravado por uma série de determinantes de ordem cultural, social e econômica (PERES *et al.*, 2005).



FIGURA 3. Localização do município de Russas (CE)

O município de Russas está na região semi-árida do Ceará, com uma população total estimada de 65.268 habitantes, ocupa uma área de 1.588,105 Km², possui um IDH de 0,698 abaixo da média brasileira. A população urbana em 2000 era de 35.323 habitantes e a rural de 21.997 habitantes⁷.

O município de Russas possui seis Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária Federal, sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Ceará – INCRA (**Quadro 1**).

QUADRO 1. Assentamentos de Reforma Agrária situados no município de Russas (CE)

Nome	Ano Criação	Nº domicílios (capacidade)	Nº domicílios com residentes	Área (Ha)
Bernardo Marim II	2005	48	33	2.827,92
Cajazeiras	1996	60	53	2.400,00
Malacacheta/ Boa Vista	1997	35	34	1.548,86
Croatá/Jandaíra	2003	50	38	2.915,08
Mundo Novo	1996	110	76	4.226,28
Santa Fé	1996	85	44	5.731,50

Fonte: INCRA (2008)

Os seis assentamentos juntos somam uma área de 19.293,36 ha e uma capacidade, segundo informações do INCRA, de assentar 388 famílias, estando assentadas apenas 287 famílias.

Esses assentamentos foram criados após desapropriação de fazendas decretadas como improdutivas e, em cada um deles, existe uma associação de moradores, com presidente eleito pela comunidade. Os acompanhados pelo MST Organizam-se ademais em unidades básicas de 10 famílias com um representante por unidade.

A região do Baixo e Médio Jaguaribe é o resultado da fusão do latifúndio e Estado, utilizando essa estratégia para concretização do agronegócio na região. Nas décadas de 70 e 80, o Estado interviu nesta região com a

⁷ De acordo com www.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo2/21/2000

implantação de vários projetos e programas no intuito de favorecer a transformação das unidades familiares em produtores capitalistas, integradas às cadeias produtivas predominantes que são fruticultura irrigada e criação de gado. O estado potencializa o agronegócio patrocinando a implantação das multinacionais.

Como conseqüência deste modelo na região, segundo o Censo do IBGE de 2000, o Brasil tem atualmente 189,6 milhões de habitantes, dentre esses, 30 milhões são pobres (pessoas com renda inferior à necessidade para cobrir os gastos com a cesta básica e os serviços considerados essenciais como: vestuário, transporte, educação e saúde) e 23 milhões são miseráveis (Renda insuficiente para cobrir os gastos com a cesta básica). Somando-se os pobres e miseráveis, teremos 53 milhões de brasileiros, ou seja, quase 1/3 da população brasileira está abaixo da linha de pobreza e, conseqüentemente, fora do mercado consumidor e da sociedade o que deixa o Brasil em uma incômoda situação social⁸. Como forma sutil de dominação da implantação deste modelo “aparecem” as políticas compensatórias do governo como o Bolsa Família, Bolsa Escola, entre outras ações, que reforçam a desmobilização e a desorganização da população envolvida.

De acordo com o Portal do Desenvolvimento Agrário (2010), o Censo do IBGE/2006 aponta que a agricultura familiar é responsável por sete em cada dez ocupações no meio rural, contando com apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais. Os agricultores familiares produzem 87% da mandioca consumida no Brasil, 70% do feijão, 58% do leite e 46% do milho.

Frente a este cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com muita determinação, direciona uma ação de ocupação, no intuito de redirecionar para a Reforma Agrária, parte da área destinada aos empresários no Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas. Com base nestes elementos é que o

⁸ <http://www.wlcorporate.com.br/responsabilidade.html>

MST articulado com outras organizações da região organiza as famílias sem-terra para conquistar a Reforma Agrária, no período de março a abril de 2004, nos municípios da região do baixo e médio Jaguaribe famílias sem-terra são articuladas para a ocupação da área empresarial, que ocorreu na madrugada do dia 25 de abril de 2004.

A ação fez parte da Jornada Nacional de Ocupação de Latifúndios, apelidada pela mídia de “Abril Vermelho” uma das mais discutidas ações do MST.

Esta ocupação foi uma forma explícita, prática, direta e concreta de resistência das famílias, e da sociedade civil envolvendo professores, igreja, partido de esquerda e movimentos sociais frente ao modelo que lhes está sendo imposto, tendo sido impulsionada pela realidade vivenciada pelas famílias da região.

Obtendo o primeiro fruto, através da luta, organização e resistência destas famílias, passa-se para uma nova fase, apresentando outros desafios para a comunidade no seu processo organizativo.

E assim, realiza-se o batizado do assentamento com este nome Bernardo Marin II, que foi uma homenagem a um militante socialista do MST e grande lutador da América Latina.

As discussões e resultados obtidos durante o período da pesquisa de campo revelam a trajetória, o trabalho e a saúde das famílias do assentamento Bernardo Marin II, como se observa a seguir, revelando as histórias de vida colhidas na oficina e as diferenças de vida do camponês antes e depois do assentamento, como também a produção agrícola no assentamento e as perspectivas de melhoria.

Não é novidade dizer que a população do campo é menor com relação à população da cidade, isso já é sabido através dos números – a população brasileira pertencente a zona rural representa 19% da população total, ou seja, cerca de 15 milhões de agricultores/ras. Segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE), atualmente o Ceará tem uma população de 7,4 milhões de habitantes. Destes, 5,3 milhões (71,53%) residem em áreas urbanas e 2,1 milhões (28,46%) residem em áreas rurais.

Castro (2008) em sua pesquisa delineou o perfil dos assentados em Bernardo Marin II, como se observa, a seguir, há predominância do sexo masculino (64%), com nível educação até a 4ª série (52%), com renda de um salário mínimo, com uma a três pessoas por família (48%), com tempo de trabalho na agricultura de 16 a 30 anos (48%) sem ter trabalho em outra atividade laboral (72%):

Variáveis		Assentamento Bernardo Marin II (%)	Total (%)
Sexo	Masculino	16	64
	Feminino	9	36
Faixa etária*	20 a 29 anos	5	20
	30 a 39 anos	10	40
	40 a 49 anos	1	4
	50 a 59 anos	9	36
	60 anos ou mais	0	0
Escolaridade	Analfabeto	7	28
	Até 4ª série	13	52
	5ª série ou mais	5	20
Renda familiar*	> 1 salário	11	44
	1 salário	12	48
	2 ou mais SM	2	8
Nº de pessoas na família	1 a 3	12	48
	4 ou 5	8	32
	6 ou mais	5	20
Tempo de trabalho na agricultura	Até 15 anos	5	20
	16 a 30 anos	12	48
	31 anos ou mais	8	32
Já trabalhou em outra atividade	Sim	7	28
	Não	18	72
Total		25	100

Fonte: Castro (2008)

Considerando o enfoque dado para a compreensão do processo sócio-histórico do assentamento e sua inter-relação com a saúde dessa população do campo, é justamente o que se procura relacionar com a definição ampliada expressa na lei 8.080 que regulamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), que no artigo 3º diz:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (BRASIL, 1990).

E o MST também construiu seu próprio conceito de saúde, que não está distante do conceito do SUS, mas é a compreensão e expressão das famílias sem-terra, com sua visão de mundo a partir de sua realidade. Para o MST, saúde é:

uma sociedade com saúde é onde os homens e mulheres vivem com liberdade para participar e ter direitos respeitados. Onde a renda e a riqueza sejam distribuídas com igualdade. Com terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, Saneamento Básico, transporte, Saúde Pública, Cultura, Meios de comunicação, energia elétrica onde haja justiça, igualdade participação e organização. Mas para que isso se torne realidade, é necessária a organização de todos os trabalhadores e trabalhadoras para lutar por uma sociedade justa e saudável⁹.

Duncan (2004) ainda ressalta que já o movimento sanitário defende a idéia de que saúde não é um bem comercial que deva ser regulado pelo mercado. A saúde é pensada como direito de cidadania e uma condição básica de vida. Para proteger esse bem individual e social, deve-se conjugar harmoniosamente todos os esforços do indivíduo para cuidar de si e dos seus familiares e, com base em suas necessidades, todos os serviços de saúde disponíveis no sistema de saúde.

Durante a oficina foi possível obter os seguintes dados:

9 Cartilha de saúde nº 5, construindo o conceito de saúde. MST – Setor Nacional de Saúde. pág. 12. ano 2000.

As famílias pertencentes à comunidade são provenientes de diversos municípios (Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixadá e Beberibe). Alguns já migraram para diferentes lugares inclusive para a cidade. Em busca da sobrevivência, melhores condições.

Viviam em terras do patrão, com diferentes formas de ser explorados: tendo que trabalhar parte dos dias da semana para o dono da terra, parte da produção entregue para o patrão, como se observa na fala de um educando, que afirma:

(...) Eu sai de casa com 10 anos (...). Meu pai mora aqui no interior, eu fui pra Fortaleza, mas nunca me acostumei, por causa daquele barulho. Eu tinha pouco estudo, aí quando eu vim pra cá, comecei a gostar, porque achava bom no interior, assim, devido a tranqüilidade, ouvir o canto dos passarinho de manhã cedo(...) eu achava aquilo bom. Eu nunca me acostumei em fortaleza, aí eu vim pra cá, experiência grande que eu tive aqui foi uma visita, que a gente foi fazer lá, no Santana do Acaraú (...) pra gente implantar a buodega coletiva aqui, aquilo ali pra mim foi uma experiência maravilhosa, que pra mim eu não esqueço (...) daquela comunidade lá, daquele aconchego das pessoas (...) que a companheirada respeita a gente e tudo. A gente é bem recebido (...) E temos por aqui, na luta, porque é como, aquela música que tem o movimento, reforma agrária é o povo quem faz, se o povo não fizer reforma agrária não vai esperar pelo governo, porque o governo não faz, e a gente ta aqui lutando para melhorar a vida, que é minha idéia, e de cada um dos companheiros, aqui. É melhorar a vida. Ter vida boa, não rico mas que os outros, mas uma igualdade social, uma prosperidade pra ser de todo mundo igual, ter uma vida boa”.

Outro elemento muito explícito foi a gratidão a Deus e ao MST por ter possibilitado o acesso a esse instrumento a luta. É como um resgate ou obtenção da auto-estima, uma vez que agora, acredita que lutando, consegue seus objetivos, terra, moradia, saída da vida peregrina, ter alimentação, educação entre outros e com clareza do “peso” da coletividade.

Falkembach (2007) discorre sobre a trajetória formativa de integrantes do MST, detendo-se na análise da força aglutinadora e formadora de um discurso-ação constituído na experiência e constituidor da experiência em questão e, ao referir-se a coletividade dentro do MST, enfoca que é grande a ênfase atribuída

ao potencial educativo do coletivo: a coletividade educa quando se faz ambiente para produção de identificações e leva à constituição da identidade sem-terra nas pessoas, mas também para além delas. Um dos elementos mais fortes de identificação, para os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra e para o Movimento, é a terra: terra para trabalhar, produzir, morar, viver, morrer. Terra que é reencontro na luta: do indivíduo com ela, consigo mesmo e que é, inclusive, tomada como princípio ontológico: “Somos a terra no seu momento de auto-realização e autoconsciência” (BOFF, 2000, p. 72). Princípio que tem coerência com a visão de história presente no Movimento, que é a de “enxergar cada ação ou situação particular em um movimento contínuo entre passado, presente e futuro”, compreender ações e situações em suas relações e como parte de uma totalidade maior, e que ainda é coerente com a idéia de celebração: da vida, do nascimento e também da morte, principalmente a daqueles companheiros e companheiras caídos na luta (CALDART, 2000, p. 235).

Em geral é colocado como algo importante o gostar de morar ali naquela comunidade, está bem, contente, desfrutando do lugar e dos elementos da natureza. Quem enfrentou todo o processo de luta para a conquista da terra desde ocupação, acampamento até hoje é sempre destacado como motivo de orgulho e envaidecedor.

Ao se analisar o cotidiano dos assentados, observou-se que eles acreditam na possibilidade de melhorar através da luta, apesar da lentidão nos projetos do governo, gostam de viver no assentamento, querem além da terra, lutar para seguir prosperando.

Viu-se que, sempre é colocada em primeiro lugar, praticamente em todas as falas, a gratidão inquestionável a Deus, mas reforçam a necessidade de luta, coletiva, visualizam, acreditam em melhoras, reafirmam a demora do governo

para conseguir as coisas, existe uma forte cobrança para o Estado, como se observa nas falas seguintes:

Sou do município de Jaguaruana, chama a terra do Arapuã, to com 3 anos e 2 meses aqui. Então é coisa pra dizer de diferença, de lá pra cá. Porque lá eu vivia explorado pelo patrão, aqui trabalho com os outros, coletivo.

Observou-se também o sentimento de gratidão ao MST e aos demais companheiros que lhes acolheram, gostam da vida que estão levando, gostando muito, estudando, mesmo nas falas que não expressam, destacam o estudo como o caso desta, falam espanhol, que aprenderam na escola, como outra forma de manifestar a conquista. Alguns revelam o sentimento de orgulho, pois estão no assentamento porque já são filhos de assentados.

Para eles, está no assentamento desde o processo da ocupação, e o acampamento é como se isso lhes desse bem mais, identidade, firmeza, moral, legitimidade, reforçam que está lutando e planejando os passos seguintes.

Lá em Jaguaruana nossas condição eram precárias, nós trabalhavamos de reideiro, só dava para o patrão. Sobrevivia mos do alimento que produzia, não dava pra gente comer, tinha vez que a gente dormia com café e farinha, que a gente não tinha condição de se manter. A vida de lá pra cá graças a Deus está indo certo, melhor que este lugar aqui, não tem não, quando eu sai de onde morava, a condição da gente era ruim, hoje em dia aqui, você produz para você. Vai tudo distribuído pra comunidade. Você vai pra luta, tem mais de mil objetivos, trás pra comunidade. Graças a Deus aqui garantimos a sobrevivência. Nós estamos em produção, nós temos nossa bodega, nós temos nosso gado coletivo. Trabalho aqui e conjuntal, nós trabalha aqui, e nós trabalha em grupo, aqui, nós, no primeiro ano, que entramos aqui no acampamento, sofremos, começamos produzir na 240¹⁰. Fomos fazer uma ocupação lá na Andrades Gutierrez, chegamos lá, fizemos nossa ocupação não tinha saído nada, fizemos cerca, primeiro ano fizemos 18 mil quilos de feijão.

10 A 240 que se referem é uma zona, localização, parte da terra conquistada.

Vê-se que este assentado destaca o que o grupo conseguiu construir concretamente, produção de grãos, bodega, as formas legítimas de conseguir subsídios de sobrevivência.

Na 240 o primeiro ano, que nós trabalhamos lá, nós fizemos 21 mil quilos de feijão colhido, o restante que ficou, que a gente deu aos companheiros que veio chegando, que não tinha nada, a gente deu pra eles colher, e daí pra cá graças a Deus, a gente vem trabalhando, no coletivo e no grupo. Coletivo que é de todos, onde a gente, um companheiro, não tem a gente vai lá, na nossa casa, que é do coletivo e pega emprestado e paga no outro ano. A comunidade, que é coletivo, que é de todos nós. A comunidade, quem faz somos nós todos. O que tem aqui dentro de produção, o gado, a ovelha, e toda produção que tem aqui dentro, é do coletivo, só tem uma parte que é familiar, que é os quintais das casas, que tem 60 metros de frente, com uma casa, colocada dentro dos 60 metros, nós temos nossos quintais pra trás, que é aquele que nós produz ali, agente pode dar para a família, quando vem na casa da gente, fazer uma visita, dá a qualquer um outro, companheiro, pra não bulir no coletivo, que a gente tem. Graças a Deus, aqui eu me sinto bem de vida, porque estou criando minha família aqui dentro, Lá fora eu sofri muito, trabalhava de alugado, passei muita necessidade, teve muito dia da gente ir dormir, com fome, porque a gente não tinha condições, de dar de comer a eles, nem de adquirir, nem de comprar fiado, porque não tinha quem vendesse. E aqui graças a Deus por onde eu vou, pra onde a gente segue, os caminhos pra gente está iluminado, com as graças de Deus, e a gente está vivendo uma vida do céu, em vista do que lá que eu vivia lá fora, aqui eu nasci de novo, eu criei outra vida, eu estou terminando de criar minha família aqui dentro, apesar de que eu perdi, uma coisa muito importante aqui dentro, mas graças a Deus eu confio, que ela tá lá, no reino do céu, esta guardadinha, está melhor que nós que estamos aqui, é uma filha minha, que eu perdi aqui dentro, com 5 anos, e daí pra cá, graças a Deus, o que tenho a dizer que, tenho fé naquele Pai, que nos cria, e ele vai ajudar, cada vez mais a nossa luta (...) acho que todos os companheiros, que estão aqui, eu acredito, que todos tem uma visão, de melhorar, apesar que lá fora, a gente não tinha um palmo de terra para trabalhar, tinha que trabalhar arrendado, dividir com o patrão, e isso aí, para mim melhorou muito. E o que eu tinha pra dizer, era só isso mesmo. Boa noite!



Figura 4. Granja Coletiva

Vê-se na fala deste assentado uma verdadeira história de vida que retrata a mesma de muitos: trabalhava arrendado, a família passava fome. Hoje está no céu, destaca a forma de trabalhar, a produção, a importância do coletivo, do sentido da comunidade, a partilha com os demais.

Nós lá em Jaguaruana, a situação era muito complicada, tinha muita tarde, que a gente ia jantar; por exemplo: ela aqui, por exemplo estava jantando, e eu pedia o resto da farofa dela pra comer.

(silêncio)¹¹...

Isso ai muitas vezes...

(choro)

Não ter nada pra comer...

(não entende, fala chorando)

E hoje nós temos tudo aqui dentro.

Hoje a gente tem condição de viver, lá fora ninguém tinha, era comendo resto de comer. Muitas vezes nós comia café com farinha, porque nós não tinha condições pra comprar, nada pra comer. Pode passar (...) que não consigo... (choro)...

11 Grifos nossos.



Figura 5 “Bodega Coletiva”

Este assentado revela uma visão de que nasceu, outra vez, por está tendo, de forma coletiva e individual a alimentação para ele e para os seus familiares. Isso lhe causa muita alegria, felicidade, bem estar. Menciona um pouco da peregrinação, morando em cidade, fazenda e sendo explorado por patrão, tendo limitação até mesmo para alimentar-se. Está feliz, aprende novas formas de viver, como coletivamente. Tem liberdade. Os filhos estão em um lugar tranqüilo, longe da violência das cidades. Também como anteriores mostra o sentimento de gratidão ao MST.

Em outros momentos reclama do pouco investimento público, pois isso dificulta o desenvolvimento das atividades, mas apesar disso, com apenas a força de trabalho de cada um já estão melhores que antes, mais felizes, com vontade de lutar.

Repete-se a história de vida, de dificuldades, falta de alimentos, calçado, elementos essenciais da vida, peregrinação. Mais ou menos a quarta pessoa que refere ter formado/constituído uma família, ou consolidado a partir de está no assentamento.

A maioria das famílias planta produtos como feijão, milho, cajueiro e mamona, ou seja, são as maiores áreas de plantação do assentamento são por estes produtos incluindo plantação individual e coletiva.

Já os produtos como: laranja, manga, coqueiro, mamão, ata, limão, banana, cajarana, maracujá e batata, são plantadas em pequenas áreas, ou seja, são plantações individuais, muitas vezes, até no quintal da casa.

Estão planejando, ampliar a diversidade de produtos e pretendendo plantar: soja, algodão, arroz, quiabo, pimentão e cheiro verde. E a horta com alface, cenoura, cebola é advinda do trabalho coletivo, feito por grupos de jovens, mulheres e crianças de forma organizada.

Realizam o aproveitamento do caju e da castanha através de doce e venda da castanha, mas tem projetos para fazer a cajuína, rapadura. Planejam fazer também uma mini-fábrica para aproveitamento do caju, inclusive já existem pessoas capacitadas na comunidade para lidar com o aproveitamento desta fruta.

Expressam pretensão, desejo de produzir mais. Fazem reflexão de como melhorar, produzir para o consumo visualizam possibilidades futuras de melhora e acredita nesta possibilidade sempre considerando a luta a força juntos dos demais companheiros e MST.

Destacam que tem mandioca, cajueiro, peixe, mas para um maior desenvolvimento e aproveitamento destes seria importante ter uma estrutura como uma casa de fazer farinha. Revelam que já tem a base para a construção

que é a terra conquistada e a existência de água, irrigada, faltando apenas distribuí-la, no entanto, necessitaria de um projeto.

Estudos como o realizado por Carneiro (2007), em Unaí-MG mostra que as famílias que moram em assentamento apresentam melhores condições de saúde comparado com os bóias-frias e acampados, porque apresentam um nível de organização, menor super-exploração no trabalho dado pela modernização agrícola. Estão menos expostas aos agrotóxicos (26,9%) em comparação aos bóias-frias que a porcentagem chega a 85,2%. Apesar de existir limitações das políticas públicas de saúde ainda não superadas.

Esta limitação está reafirmada em estudo feito pela UnB, por Aucélio *et al* (2001), em assentamentos do MST de todo o Brasil onde se verificou que mais da metade da população não procura os serviços de saúde para resolver seu problema por dificuldade de acesso ao sistema de saúde seja por inexistência do serviço em localidades próximas a assentamentos (23,7%) e em 32,6% dos acampamentos, seja dificuldade de transporte ou demanda.

O perfil de saúde da população brasileira é heterogêneo entre os diversos subgrupos que a compõem, sejam estes definidos por idade, sexo, região de domicílio ou nível socioeconômico.

Apesar de avanços importantes nos indicadores básicos de saúde nas últimas décadas, tais como a melhoria do acesso da população aos serviços básicos de saúde, a incidência de agravos à saúde e a mortalidade ainda são altas, principalmente associada à violência, que acomete em especial aos jovens.

Houve aumento e melhora significativos na quantidade e qualidade das informações demográficas e de saúde disponíveis nos últimos anos, além de avanços tecnológicos que permitem seu acesso fácil e rápido por meio eletrônico. No entanto, ainda não há coleta sistemática de informação de hábitos

e comportamentos, o que impede o monitoramento da prevalência de fatores de risco e de proteção à saúde na população.

A distribuição etária revela expressivo envelhecimento da população brasileira. Paralelamente, outros indicadores mostram a minimização da taxa de fecundidade e a maximização da longevidade da população.

Este cenário cria forte demanda aos serviços de saúde. A monitorização de indicadores de acesso e qualidade de serviços de saúde passa a ter maior relevância. Nesse contexto, é importante considerar a qualidade de vida para caracterizar melhor as condições de saúde da população. Assim, faz-se necessário incorporar medidas de qualidade de vida aos tradicionais indicadores de saúde.

No que se refere às diretrizes e características do modelo assistencial do SUS, sabe-se que antes da apresentação do conceito de Saúde definido pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, pois sintetiza grande parte do ideário do movimento sanitário brasileiro. Em sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e o acesso aos serviços de saúde.

Para Duncan (2004), do ponto de vista normativo, o sistema de saúde está universalizado e que não existe mais discriminação entre população urbana e rural.

É assim, antes de tudo, a percepção, o conhecer das formas de se organizar, produzir que se constata a influência nos resultados dos níveis de vida. Esse conceito amplia a compreensão do processo saúde-doença e é fundamental para entender a abrangência e complexidade das diretrizes do SUS no Brasil.

No que se refere aos instrumentos para a organização local de serviços de atenção primária, é imprescindível para o profissional de Medicina de Família e comunidade conhecer o território correspondente à área de abrangência da unidade de saúde onde está vinculado. Entendido sempre como um espaço em permanente construção e reconstrução, ou seja, mudanças que podem ser mais lentas ou rápidas em dependência da realidade local, conjuntura nacional, internacional também já que vivemos neste mundo globalizado. Finalmente afirmando que é produto de uma dinâmica social.

Scopinho (2008) em seu estudo sobre o trabalho e a saúde do trabalhador em assentamentos rurais, pesquisou uma população rural em um assentamento de reforma agrária coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região de Ribeirão Preto SP.

A pesquisadora mostra a promoção de saúde a partir da cooperação e autogestão proposta pelo movimento a partir de outras experiências e próprias, através da inserção destas famílias no MST, resultando em melhoria nas condições de vida, solucionando os problemas relacionados ao desemprego, à miséria e ao problema que tanto afetam à saúde e à integridade bio-psicossocial dos trabalhadores rurais neste contexto, o desenraizamento¹² social; é válido ter presente que estas alternativas são construídas pelas famílias de forma gradual e coletiva.

A autora, não tem uma conclusão finalizada, mas fica claro em seu trabalho que, apesar das dificuldades enfrentadas por falta de estrutura e financiamento, política pública do Estado voltada para o campo, os questionamentos e preocupações com o tipo de cooperação que tentam adotar, mas indiscutivelmente já tem uma situação muito vantajosa comparada com a

12 O termo desenraizamento é usado pelo pesquisador Bernardo Mançano para caracterizar a estas pessoas que são expulsas da sua terra onde nasceu, local de moradia para ir para as periferias, grandes cidades, lugares que não consegue sentir como seu...perdem parcial ou totalmente sua cultura, raiz e identidade.

vivida antes, sem mencionar a visão de mundo, auto-estima e visualização de possibilidades futuras de melhorias. Pode-se considerar que estas famílias encontram-se numa situação de menor vulnerabilidade.

Cordebello *et al* (2010) registram que nas avaliações dos agravos à saúde dos trabalhadores rurais é necessário identificar os fatores de riscos a que estão submetidos, buscando estabelecer as relações com a produção e a organização do trabalho, procurando compreender toda a complexidade do processo de desgaste operário, a partir das cargas presentes no ambiente de trabalho. Os trabalhadores estão em relação direta com os diferentes riscos presentes no ambiente de trabalho, os quais por sua vez, têm implicações no padrão das cargas a que estão submetidos.

Considera-se, por fim, que a saúde na zona rural é pouco discutida e esta relação feita pela autora entre trabalhador da zona rural em área de reforma agrária e saúde, é muito interessante porque além de trazer o tema para a academia, mostra uma dimensão a mais que se deve ter o cuidado de olhar e que, muitas vezes, torna difícil para um profissional da saúde, por mais que esteja trabalhando na periferia da cidade, perceber que se aquela família desestruturada, com saneamento básico inadequado, desempregado, entre tantas outras mazelas tivesse melhores condições de vida no campo, certamente não estariam na periferia da grande cidade hoje, nesta situação de vulnerabilidade.

E, para a conclusão dos trabalhos, todos são convidados a cantar o Hino do MST, como se observa, a seguir:

Vamos cantar nosso hino ...
Vem façamos a nossa liberdade braços fortes que rasgam o
chão sob a sombra de nossa valentia desfaldamos a nossa
rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos!
Vem, lutemos punho erguido nossa força
Nos leva a edificar nossa força livre e forte
Construída pelo o poder popular...

Braço erguido ditemos nossa história sufocando com força os opressores hasteemos a bandeira colorida, o amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama da esperança no triunfo que virá forjaremos desta luta com certeza pátria livre operaria e camponesa nossa estrela enfim triunfará!

(palmas)

Pátria livre!

Venceremos!!!

Pátria livre!

Venceremos!!!

Pátria livre!

Venceremos!!!

Ocupar, resistir, produzir!

Ocupar, resistir, produzir!

Ocupar, resistir, produzir!

Educação no campo! Direito nosso dever do Estado!

Educação no campo! Direito nosso dever do Estado!

Educação no campo! Direito nosso dever do Estado!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, na análise dos resultados obtidos, no período em que a pesquisa foi realizada no assentamento Bernardo Marin II permitiu identificar alguns dos determinantes da situação de saúde no assentamento, tais como a satisfação de um assentado por está tendo, tanto de forma individual como coletivamente acesso à alimentação para a sua família e vizinhos. Estes sentimentos como a satisfação, a alegria, o bem estar foram registrados durante a pesquisa e expressos nas falas.

A conquista ou mesmo a reconquista da terra toma dimensão para além da obtenção de um título de uma propriedade, e o que dela lhe provém, faz com que o cidadão assentado recupere a sua dignidade trazendo elementos básicos, mas tão importantes como: terra para produzir alimento, moradia fixa, comida e passam desta forma a resgatar sua identidade, volta á sua raiz.

Ouviu-se nas histórias colhidas na oficina as diferenças de vida do camponês antes e depois do assentamento, pois com esta terra ele participa de uma comunidade, tem uma casa com mínima estrutura, trabalho, produz o seu alimento, recupera a sua identidade, existe maior estímulo para o estudo, sonha com um futuro, acredita nas melhorias de vida em todos os aspectos da comunidade e da sociedade, eleva a auto-estima e com isso encontra a possibilidade de incluir e produzir saúde em sua casa e, conseqüentemente, na comunidade.

A produção agrícola no assentamento é realizada através de um ciclo familiar onde todos participam do cultivo, adubagem, combate às pragas e colheita, estando todos em uma situação de exposição aos agroquímicos.

Dentro deste quadro, visualiza-se a necessidade imediata de um processo educativo entre os assentados, objetivando disseminar conhecimentos

a cerca dos riscos que estão relacionados ao uso inadequado e prolongado de agrotóxicos, como também capacitá-los para a propagação da utilização de medidas de controle que contribuam com os impactos à saúde e ao meio ambiente e para com a finalidade de através de um conhecimento mais amplo e com possibilidades de formas alternativas resolutivas se faça uma adoção de escolhas agroecológicas de produção.

Daí a importância do profissional da saúde conhecer o território onde vai atuar a história vivida pela comunidade, modo de vida e concepção de saúde existente dos sujeitos, pois assim foi possível visualizar a promoção de saúde já existente dentro da comunidade, começando pelo resgate e/ou aquisição de uma identidade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROECOLOGIA EM REDE. **Curso de Práticas Alternativas em Saúde do MST**. Disponível em www.agroecologiaemrede.org.br. Acesso em 12/04/2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

AUCÉLIO, Patrícia Q. **Saúde dos trabalhadores Rurais de assentamento e acampamentos da Reforma Agrária**. Brasília: Ministério da Saúde/Universidade de Brasília/Centro de Estudos de Saúde Pública/Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 199p.

BRASIL. **Lei 8.80 de 19/09/1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Decreto n 93.933 de janeiro de 1987. Estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. in. Bioética. v 4. n. 2, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **O INCRA e o Assentamento**. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 10 maio 2008.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000. 276p.

CARNEIRO, Fernando Ferreira. **1973 – A saúde no campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de “bóias frias” em Unaí, Minas Gerais**, 2007.

CONCRAB. Caderno de formação agrícola nº 10. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. A discussão no acampamento. MST. Confederação das cooperativas de reforma agrária do Brasil LTDA-CONCRAB. Maio. 2001

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: 1866-1909**. São Paulo: Abril cultural, 1979.

DUNCAN, Bruce B. **Medicina ambulatorial**. 3 ed. Edição. São Paulo: Artemed, 2004.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. MST, “Escola de Vida” em Movimento. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 137-156, maio/ago. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**. São Paulo: USP, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FORTES, P. A. de C. **Ética e Saúde**. São Paulo: EPU, 1998.

GARCIA, Elói S. **Biodiversidade e biotecnologia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

GIPAF. **Grupo de Interesse em Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/temas/conceitos/index.html>. Acesso em 23 de abril de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Brasília: IBGE, 2000.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, STÉDILE, João Pedro, REFORMA AGRÁRIA, FORUN. **Cartilha A Natureza do Agronegócio no Brasil**, Via Campesina, Maio de 2005.

PORTAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Presidente Lula e Cassel anunciam Plano Safra para a Agricultura Familiar na Feira**. 17/06/2010. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/noticias>. Acesso em 11.jun.2010.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Trabalho e Saúde do Trabalhador em Assentamentos Rural. **Revista de Saúde Coletiva**, 2009.

SES/SERGIPE. **Portal da Saúde. Saúde conclui capacitação para 500 educadores do MST neste domingo. Reportagem do dia 28/09/2007. Disponível em <http://www.ses.se.gov.br/index.php?act=leitura>. Acesso em 12/04/2010.**

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Encontro Anual da ANPOCS**, 20, 1996. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Out. 1996. Disponível em: <http://www.nead.org.br/>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Introdução: Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada **Estudo Epidemiológico da População da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em área de uso de agrotóxicos, realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFC)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico(CNPq)**. Este trabalho compreende três segmentos populacionais, dos quais neste estudo faz-se referência ao grupo C, compreendendo camponeses de resistência à Modernização Agrícola, especialmente a comunidade Lagoa dos Cavalos e o assentamento de reforma agrária Bernardo Marin, Russas, Ceará. Tem-se como objetivo **caracterizar os riscos e agravos à saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos do segmento de resistência à Modernização Agrícola: Assentamento Bernardo Marin e Comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas – Ceará**. A pesquisa acima referida foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Saúde Pública do Ceará, Parecer CEP/ESP-CENº53/2007.

Termo de consentimento livre e esclarecido: Estamos convidando você a participar de uma pesquisa sobre agravos à saúde relacionados à exposição a agrotóxicos em agricultores de área de reforma agrária e de comunidade rural tradicional. Para isso, estamos pedindo a sua autorização para participar desta pesquisa. Neste estudo, colheremos informações sobre o seu trabalho e a sua saúde, bem como sobre seus filhos, através de questionário, exame médico e análises clínicas, toxicológicas (sangue, fezes e urina) e imunológicas. Em uma segunda etapa será realizado grupo focal com alguns dos trabalhadores. Sua participação é importante para que se possa conhecer o perfil de saúde-adoecimento destes trabalhadores e suas famílias, o que pode ajudar os órgãos públicos e os próprios trabalhadores a prevenirem eventuais problemas de saúde. Esclarecemos que a sua participação neste estudo é de caráter voluntário – você não é obrigado a participar. Você pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma. Não haverá nenhum tipo de remuneração por sua participação. As informações obtidas na pesquisa são **confidenciais** e não será identificada a sua pessoa. A divulgação da pesquisa será feita em eventos e publicações científicas da área da saúde, trabalho e meio ambiente, sem mencionar os nomes dos participantes. Os procedimentos adotados nesta pesquisa não oferecem risco à sua saúde, podendo gerar desconforto durante a coleta de aproximadamente 20 ml de sangue para exame laboratorial. Você terá acesso aos resultados dos exames e, caso seja encontrada alguma alteração, será encaminhado para tratamento no SUS de Russas.

Eu, _____, declaro que, após ter sido esclarecido (a) pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar voluntariamente deste protocolo de pesquisa e permito que minhas informações sejam analisadas e utilizadas pelo estudo.

Telefone de contato:

Prof^a. Raquel Maria Rigotto: 85 – 3366 8045

Pós-Graduanda em Medicina de Família e Comunidade

Maria da Paz Feitosa de Sousa: 85 -96372343.

Mestranda em Saúde Pública Lara Viana Braga: 85-96124056
